

As origens da indústria madeireira e do desmatamento da floresta de araucária no Médio Vale do Iguaçu (1884-1920)

*Miguel Mundstock Xavier de Carvalho**
*Eunice Sueli Nodari***

Resumo

Esse artigo tem o objetivo de investigar as origens da indústria madeireira no Médio Vale do Iguaçu. Paralelamente a colonização europeia e as atividades agropecuárias daí resultantes, a indústria madeireira foi um dos fatores primordiais para a devastação da floresta de araucária ao longo do século XX. Até a década de 1910, a indústria madeireira tanto no Médio Vale do Iguaçu como em outros locais tinha uma característica mais artesanal, voltada para as necessidades locais das pequenas vilas que existiam no planalto sul-brasileiro daquela época. Mas com a construção da ferrovia São Paulo – Rio Grande, a chegada da companhia Lumber e o aumento da demanda por madeira em outras regiões do país e no exterior, a indústria madeireira passou a ter um caráter de empresa capitalista voltada para atender as necessidades do mercado de madeira.

Palavras-chave: Indústria Madeireira; Médio Vale do Iguaçu; Floresta de Araucária; História Ambiental.

Introdução

A história da destruição das florestas ainda é um assunto pouco explorado pelos historiadores. Em geral a floresta aparece nas histórias locais como um empecilho, um desafio que foi vencido pelos colonizadores e precisava ser derrubado para o progresso, o desenvolvimento das sociedades. Hoje em dia, com a destruição quase completa da Mata Atlântica e o destino da Amazônia se encaminhando para algo parecido, há uma tendência influente que reconhece o papel fundamental da preservação dos remanescentes e recuperação de áreas degradadas para a construção de uma boa qualidade de vida para humanos e animais. No entanto, os discursos ecológicos, aparentemente hegemônicos, se mostram fracos diante de outros discursos e práticas que perpetuam as formas predatórias de uso dos recursos naturais e que prometem um desenvolvimento no futuro que compensem as perdas ambientais que vem ocorrendo.

O objetivo desse artigo é fazer uma história ambiental da destruição da floresta de araucária.¹ A história ambiental busca entender no passado as raízes da crise ecológica que vivemos hoje e assim contribuir para a construção de um possível futuro sustentável, com o meio ambiente recuperado. Nossa inspiração metodológica é o livro *A ferro e fogo*, do historiador Warren Dean, que abordou o processo de destruição da Mata Atlântica ao longo da história e pré-história brasileira (DEAN, 1996). Nas palavras de Stuart Schwartz, Dean escreveu “uma história ecológica vigorosa”, pois a preocupação de Dean, assim como desse artigo, não é simplesmente descrever os serviços e recursos que as florestas forneceram para os seres humanos, mas considerar a floresta como um bem que precisa ser preservado também pelo seu valor intrínseco, e assim desafiar a filosofia antropocêntrica que considera digno de valor moral apenas os seres humanos. O desafio é colocar as florestas como um tema central da análise, numa perspectiva próxima ou identificada com o biocentrismo, e não apenas um mero cenário onde as ações e acontecimentos significativos se desenrolaram.² (JAMIESON, 2005; SINGER, 2004; SINGER, 2002)

No caso das florestas de araucária, existe já uma considerável bibliografia que considera as florestas de araucária apenas como reserva de madeira. Esses trabalhos tem uma perspectiva mais próxima de uma história econômica da madeira, bastante diferente de um trabalho de história ambiental.³ (BELLANI, 1991; EDUARDO, 1974; LAVALLE, 1981; LUZ, 1980; SILVEIRA, 2005; THOMÉ, 1995; WENTZ, 2004) Embora esses trabalhos não tenham esgotado de maneira alguma o assunto estritamente econômico da produção e comércio de madeira, eles não apresentam uma discussão a partir do ponto de vista de colocar o meio ambiente como objetivo central da análise. A perspectiva desses trabalhos, de forma geral, era estabelecer a importância crescente que o produto “madeira” vinha tendo nas economias locais, estaduais e até nacional. O produto “madeira”, tratado de forma abstrata, é pouco mencionado na sua relação concreta com o ecossistema das florestas de araucária, e assim, com os desmatamentos e a degradação ambiental produzidas por esse processo econômico. O interesse principal desses trabalhos era explicar a importância do produto “madeira”, entendida como mais uma mercadoria gerada pela economia, ao lado da banha, dos tecidos, da produção agrícola e industrial em geral, e dessa maneira, entender o papel desse produto no crescimento e desenvolvimento (conceitos também abstratos) geral da economia.

No entanto, apesar de adotar uma perspectiva diferente, esse artigo também se dedica a história da indústria madeireira, embora reconheçamos que a colonização e as atividades agropecuárias tiveram um papel preponderante para a história do desmatamento da floresta de araucária em todo o sul do Brasil. Em razão das limitações de espaço e de tempo tivemos que fazer aqui uma escolha e elegemos um dos agentes do processo histórico de desmatamento (CARVALHO, 2006; CARVALHO, NODARI, 2005).⁴

Esse artigo procura fazer uma análise mais detalhada de uma região, a história do desmatamento no Médio Vale do Iguaçu, na área antiga dos municípios de União da Vitória (PR) e Porto União (SC), a qual teve muitos ingredientes em comum com vários locais do sul do Brasil onde a araucária estava presente e existiu uma indústria

madeireira expressiva⁵ (CARVALHO, 2006). O recorte temporal delimitado é relacionado ao período que vai do estabelecimento da primeira serraria na região (1884), passando por uma fase artesanal e de baixa produção/desmatamento até o princípio da década de 1920, quando uma série de mudanças, como a ferrovia, a chegada da Lumber e um contexto econômico favorável possibilitaram a expansão e maior tecnificação dessa indústria.

A floresta de araucária é colocada no mercado da madeira

Assim como em outras regiões do sul do país, a intensificação da exploração da indústria madeireira na floresta de araucária ocorre apenas após a década de 1910, com a construção da ferrovia São Paulo – Rio Grande, a chegada da companhia Lumber e a crescente demanda por madeira no Sudeste brasileiro, na Argentina e Uruguai. Antes disso, a indústria madeireira era em sua maioria apenas os chamados “engenhos de serra”, ou pequenas fábricas de fundo de quintal com tecnologia rudimentar e voltados apenas para as necessidades locais de madeira serrada, como a construção de casas, igrejas, pontes, etc.

Nesse contexto é que devemos entender o aparecimento da primeira serraria no município de União da Vitória, em 1884, construída pelo Coronel Amazonas na margem direita do rio Iguaçu e junto a vila (SILVA, 1933, p.50).

Ao lado da incipiente colonização européia, a chegada da ferrovia São Paulo - Rio Grande ao Médio Vale do Iguaçu promoveu uma série de mudanças econômicas, sociais e ecológicas.⁶ Se a ferrovia Curitiba – Paranaguá, construída em 1885, praticamente favoreceu o primeiro impulso na exploração econômica das florestas de araucária no sul do Brasil, a ferrovia São Paulo – Rio Grande intensificou enormemente esse processo, permitindo que amplas áreas do interior dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul fossem “abertos” para a colonização européia e a exploração madeireira.

Anteriormente a chegada da ferrovia, e ainda por algum tempo após a mesma, a atividade econômica mais expressiva da região era a extração e comércio de erva-mate, que alcançava bons preços e exigia menos investimentos tecnológicos em comparação a indústria madeireira. O comércio da erva-mate era beneficiado pelo transporte em pequenos barcos a vapor no rio Iguaçu, que existia desde 1882, mas que certamente era insuficiente para garantir o desenvolvimento de uma indústria madeireira na região.

A ferrovia São Paulo Rio Grande foi concluída em 1910 pela Brazil Railway, a última empresa a assumir a construção da ferrovia. Essa companhia, fundada nos EUA, também criou uma subsidiária, a Southern Brazil Lumber and Colonization, que a partir de 1910 construiu serrarias com alta tecnologia, produção em grande escala e praticamente deu impulso a nova economia madeireira que estava se formando no sul do Brasil. Além da serraria de Três Barras, considerada a maior da América do Sul na época, a Lumber também criou duas serrarias na região de Jaguariaíva (PR) e uma na estação de Calmon, local que após a Guerra do Contestado e Acordo de Limites (1916), passou a pertencer ao novo município catarinense de Porto União. A serraria de Calmon tinha uma capacidade de produção cerca de dez vezes menor que a serraria de Três Barras, o que não quer dizer que se tratava de uma serraria pequena em comparação com as outras pequenas serrarias que já existiam na região do Médio Iguaçu, pois a serraria de Três Barras era realmente gigantesca para os padrões da época (GAULD, 2006, p. 280; THOMÉ, 1983, p.83,110,111; BISHOP, 1919, p.8, 27). A serraria junto à estação de Calmon é frequentemente lembrada nos livros de história por ter sido incendiada pelos rebeldes do Contestado em 1914, demonstrando o envolvimento da Lumber na Guerra do Contestado. Um ano depois, a serraria foi reconstruída (THOMÉ, 1983, p.137).

A grande serraria da Lumber em Três Barras começou a funcionar em 1911, apenas um ano após a conclusão da linha ferroviária tronco Santa Maria (RS) a Itararé (SP) e antes mesmo da conclusão do ramal União da Vitória a São Francisco do Sul. Desde o início essa serraria se destacava na atividade madeireira realizada até então nas

matas de araucária pelos sofisticados processos técnicos que empregava. De acordo com Charles Gauld, essa serraria tinha capacidade de produção de 470 m³ de madeira serrada por dia, e chegou a ter cerca de 2.000 operários, sendo uma média de 400 a 500 trabalhadores somente no engenho e o restante trabalhando por empreitada nos serviços de corte e transporte de toras e construção de ferrovias particulares (GAULD, 2006, p.280; SOUTHERN BRAZIL LUMBER AND COLONIZATION COMPANY, 1920-23; COMÉRCIO, 1936, p.1). Numa época em que inexistiam caminhões para o transporte das toras até as serrarias, a Lumber investiu em construção de ferrovias particulares dentro de suas propriedades, e contava com grandes guinchos movidos a vapor para puxar as toras distantes até 300 metros da ferrovia (THOMÉ, 1983, p.125,126).

Nas grandes fazendas adquiridas pela Lumber no então município paranaense de União da Vitória e na região de Três Barras uma população numerosa de posseiros, que vivia das roças e criações de subsistência, bem como do extrativismo da erva-mate. Todo o conflito pela terra que a empresa ensejou, juntamente com a destruição dos ervais nativos pela atividade madeireira, favoreceu o acirramento da tensão social do Contestado.

Nesse sentido, uma série de livros tem demonstrado o papel expressivo da Lumber para a eclosão do movimento sertanejo do Contestado. É por esse viés da Guerra do Contestado, cuja temática vem despertando grande interesse nos últimos anos, aliás, que a Lumber é mais conhecida (MACHADO, 2004; VALENTINI, 2000; AURAS, 1995).

Mas a empresa estrangeira também se liga a uma dinâmica e fenômeno de longo prazo, e de importância e interesse igualmente crescente na atualidade, pouco estudado pela historiografia, que é a questão da devastação das florestas de araucária no Sul do Brasil no século XX. Nesse sentido, a empresa promoveu tanto uma atuação violenta contra a população sertaneja, gerando condições para a rebelião cabocla, quanto no ecossistema que sustentava essa população, iniciando um processo de alteração dramática da paisagem, talvez irreversível.

Embora com o passar dos anos a Lumber fosse apenas uma entre as centenas de serrarias a explorar as matas de araucária no

planalto sul-brasileiro, é importante não perder de vista o papel de liderança na produção que exercia, e o exemplo de competência técnica e industrial que significava.

Assim, no contexto da década de 1910, a Lumber foi, se levarmos em conta o caráter mais artesanal e local dos engenhos de serras existentes até então, uma espécie de pioneira da indústria madeireira, que consolidou a trajetória e a utilização das florestas de araucária no planalto sul-brasileiro como um ramo altamente lucrativo de negócio para o capitalista interessado em montar serraria.

Em União da Vitória a ferrovia chegou em 1904, com a ponte ferroviária sobre o Iguaçu sendo construída no local do antigo vau dos tropeiros. Mas a chegada dos trilhos não significou um despertar imediato para a atividade madeireira, conforme sugerem algumas fontes, o que reafirma a importância da instalação da Lumber como propulsora da exploração madeireira da floresta de araucária.

O censo de 1906, elaborado pelo governo federal, aponta 108 serrarias e carpintarias para o Estado do Paraná, na maioria concentrados nos municípios de São José dos Pinhais (26), Curitiba (13) e Araucária (7), e onde se encontravam as serrarias e carpintarias mais produtivas (no valor monetário da produção)(IBGE, 1987, p.157).

Em União da Vitória, o censo registra as seguintes serrarias e carpintarias:

Tabela 1. Serrarias e carpintarias em União da Vitória, 1906

Proprietários	Capital	Força	Valor da Produção	Nº. de operários
Francisco Azevedo Muller	14:000\$	9 C. V.	10:000\$000	5
Amazonas A. Marcondes	18:000\$	18 C. V.	30:000\$000	9
João Ihlenfeld	15:000\$	10 C. V.	16:000\$000	7

Fonte: IBGE. **Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1985.** Rio de Janeiro: IBGE, 1987. v.3. p. 75.

A serraria do Coronel Amazonas persistia desde 1884 como o único engenho de serra da localidade portanto, sendo os outros dois estabelecimentos apenas carpintarias.⁷ Amazonas de Araújo Marcondes (1847-1924), o coronel Amazonas, era filho de um grande fazendeiro pecuarista de Palmas e migrou para União da Vitória no início da década de 1880, quando inaugurou a navegação com barcos a vapor no rio Iguaçu. Comprou fazendas pela região, promoveu a colonização, construiu serrarias e foi a principal liderança política (coronel) da região por vários anos, colaborando para a instalação do município (intendência municipal) de União da Vitória em 1890 (SILVA, 1933, p. 46, 55, 56, 59).

O trabalho das serrarias envolvia normalmente o corte das árvores na mata, o transporte até o engenho com a ajuda de carroções puxados por bois ou cavalos e o desdobramento das toras em tábuas, ripas, pranchões e vigamentos. Enquanto isso, as carpintarias envolviam principalmente o trabalho mais elaborado de produzir peças de madeira como móveis e utensílios. É provável que muitas tivessem essa dupla função nesse momento, que era mais adequado para o atendimento das necessidades locais de peças de madeira. Diante da impossibilidade de muitos desses municípios de trazer madeira de regiões distantes, os estabelecimentos dessa natureza tinham de apresentar uma maior versatilidade para realizar as demandas locais.

Esse panorama artesanal da indústria madeireira no início do século XX contrasta com as décadas posteriores, em que a tendência foi uma especialização cada vez maior, com surgimento de padrões mais rígidos de medidas, qualidades da madeira, e tipos de peças e produtos derivados da madeira. A própria exploração descomunal e desproporcional que a *Araucaria angustifolia*, em relação a outras espécies da Floresta Ombrófila Mista, passou a sofrer nas décadas seguintes já sugere essa tendência de racionalização da produção, que buscava um “produto” de madeira (seja tábua serrada, pasta mecânica, papel ou outro) cada vez mais “perfeito” e uniforme. Em contraste, a produção madeireira daquela época, exceto a destinada a exportação, provavelmente aproveitava um número maior de espécies madeiráveis, conforme a natureza e a destinação das peças e objetos de madeira.

Os dados de “força” e o número de operários das serrarias também revelam, ao compararmos com a Lumber, o caráter artesanal desses engenhos de serra, como também eram chamados. Enquanto os três engenhos mencionados pelo censo como “grandes serrarias” de Santa Catarina, possuíam 37, 70 e 20 operários, na serraria da Lumber em Três Barras havia cerca de 400 (IBGE, 1987, p.115).

No entanto, com a chegada da ferrovia a muitas dessas regiões, os pequenos engenhos de serra têm a oportunidade de começar a comercializar madeira com Curitiba, São Paulo e até para a exportação. Uma notícia de 1910 do jornal *Missões*, de União da Vitória, já sinaliza o crescimento da exploração madeireira em União da Vitória e a venda de madeira serrada para outras regiões:

Eis as maiores fontes de renda deste Município: a herva-matte e a madeira que são exportadas para a Capital a primeira e, não só para esta como para outros estados a segunda. Contamos actualmente com três engenhos de serra de propriedade dos Snrs. Innocencio & Comp. “na cidade” Manoel Theodoro Saraiva em “S. João dos Pobres” e do coronel Amazonas Marcondes nas Formigas sendo que em poucas semanas será inaugurado outro de propriedade deste ultimo na “Encrusilhada” e, organizado para produzir diariamente 40 duzias de taboas, este engenho congênere, a outras existentes em diversas localidades do Estado, terá além de suas serras verticaes e circular, uma cepilhadeira (grafia como no original) (MISSÕES, 1910, p.2).

De fato, a ferrovia chegou a cidade de União da Vitória em 1904, e ainda estava chegando em São João (atual Matos Costa) por volta de 1906, de modo que fica difícil acreditar que o engenho de serra de Manoel Theodoro Saraiva tenha sido instalado antes de 1906 ou 1907, dado as dificuldades de superar o relevo montanhoso entre União da Vitória e São João.

Essas conclusões reforçam a idéia da importância da chegada da ferrovia para o primeiro impulso da economia madeireira em União da Vitória, cujos engenhos de serra ainda estavam mais provavelmente em locais próximos a cidade, como é o caso do engenho do coronel Amazonas e de Innocencio & Cia.

Até o final da década de 1910, quando se nota um crescimento notável da exploração madeireira em várias regiões da floresta de araucária no Sul do Brasil, motivada em parte pela conjuntura econômica mundial da I Guerra, a indústria madeireira na região parece estar ainda bastante limitada, com um raio de atuação bastante tímido ante os extensos pinhais que existiam no município até as primeiras décadas do século XX.

A época da Guerra do Contestado (1912-1916) coincide com o surgimento da atividade madeireira em amplas áreas da floresta de araucária, alterando os próprios interesses econômicos dos coronéis da região, agora observando as riquezas que a terra com mato poderia oferecer, em contraposição aos antigos fazendeiros pecuaristas dos campos de Palmas e São João, que preferiam justamente as terras sem floresta. Nesse contexto, ainda parece estar pouco explorado a questão da economia madeireira como um fator a mais do conflito do Contestado.

O historiador Paulo Pinheiro Machado inclusive afirma que nos vales dos rios Timbó, Tamanduá e Paciência, a luta dos caboclos se orientava no sentido de combater o poder crescente dos coronéis Fabrício Vieira e Artur de Paula e Souza, “que desejavam estender suas propriedades e sua influência política sobre aquelas regiões” (MACHADO, 2004, p.257).

Assim, a luta dos caboclos se dava num contexto de apropriação de terras por coronéis e pela colonização européia, de mudanças profundas na sociedade local, portanto, e as próprias florestas de araucária não ficariam ilesas a esse contexto.

Os conflitos entre sertanejos e tropas do exército e dos coronéis na região também ocasionaram o atraso na conclusão do ramal ferroviário de União da Vitória a São Francisco do Sul, com inúmeras sabotagens organizadas pelos sertanejos, sendo terminado apenas em 1917. Esse ramal significou um grande encurtamento da distância para os portos do Atlântico, o que deve ter incentivado ainda mais a construção de serrarias na região do Médio Iguazu (THOMÉ, 1983, p.115, 119).

Após o término da guerra, a questão de limites entre Paraná e Santa Catarina foi resolvida em 1916, cujas razões e conflitos não cabem analisar aqui, e definiram-se as fronteiras atuais entre os dois Estados. O Estado de Santa Catarina ficou muito beneficiado com esse acordo, e instituiu quatro novos municípios: Porto União, Mafra, Cruzeiro (atual Joaçaba) e Chapecó.

Com isso, não só o município, mas também a cidade de União da Vitória foi dividida, sendo a cidade de Porto União originada em 1917 a partir de um pedaço da cidade vizinha. O novo município de Porto União abrangia uma área bastante extensa, desde a atual cidade de Caçador, até o atual município de Irineópolis.

Findada a Guerra do Contestado, até ao final da década de 1910, surgiram mais algumas serrarias em Porto União e União da Vitória, e aos poucos a atividade madeireira começa a ganhar fôlego. Em 1914, no distrito de Paula Freitas, o padre José Lechner associado a Godofredo Grolman, montam o primeiro engenho de serra da localidade (SOUZA, 2004, p.87, 93, 94). Em 1916, Arthur Cesar Júnior, descrito por Hermínio Milis como fundador do distrito de Poço Preto, “a convite do fazendeiro Salvador Bueno de Camargo que, dispondo de grandes pinhais, lhe aproveitou as aptidões para, juntos, montarem, naquele mesmo ano, uma serraria que foi a primeira da localidade, seguindo-se-lhe, mais tarde, outras, ...” (MILIS, 2002, p.54).

No ano de 1918, a conjuntura econômica favorece uma elevação espantosa no preço do pinho, o que encorajou “a montagem de inúmeras novas serrarias” em toda a floresta de araucária no Sul do Brasil. O total de pinho exportado (para fora do Brasil) nesse ano só seria superado em 1937 (INSTITUTO NACIONAL DO PINHO, 1948, p.458).

Além da serraria da Lumber em Calmon, no município de Porto União, na nascente povoação de Rio Caçador, atual cidade de Caçador, Luiz Tortato e José Gioppo montavam em 1918 a primeira serraria da localidade (THOMÉ, 1995, p.76). Em Vila Nova do Timbó, em 1919, Cezar Amin & Irmão montam serraria. (PREFEITURA DE PORTO UNIÃO, 1919a) Do mesmo ano também é a serraria de Daniel F. Schumann (PREFEITURA DE PORTO UNIÃO, 1919b) e a

serraria na nascente colônia de São Miguel da Serra, pertencente a Leopoldo Bohnenberger e Pedro Paulo Rochemback (CARNEIRO, ZANETTE, ZONTA, 1991).

Enquanto os primeiros madeireiros eram principalmente coronéis e fazendeiros tradicionais da região, a partir da Guerra do Contestado aparecem cada vez mais imigrantes e comerciantes madeireiros.

Na década de 1920, as serrarias se multiplicam pela região, que acompanha a expansão significativa da indústria madeireira em todo o sul do Brasil a partir de então. Esse processo de expansão da indústria madeireira coincide com a intensificação da colonização e ocupação de todas as fronteiras agrícolas da região da floresta de araucária. Tal processo teve uma série de desdobramentos que não cabe analisar nos limites desse artigo, mas que já foi estudado por nós (CARVALHO, 2006).

Considerações finais

A década de 1960 é o auge dessa expansão madeireira, e a década de 1970 é considerado o esgotamento das florestas para essa indústria. No fim dos anos 1960, os empresários e o governo, já sentindo os efeitos da falta de árvores iniciam os reflorestamentos ou monoculturas de árvores de pinus. Ainda sim, muitos madeireiros migraram do sul do país para a Amazônia, e lá continuam o processo de exploração madeireira, frequentemente na ilegalidade.

As medidas para repovoar áreas subtraídas a floresta de araucária foram quase inexpressivas diante da velocidade do processo de desmatamento, que devastou praticamente todas as florestas primárias do ecossistema, deixou remanescentes fragmentados, empobrecidos geneticamente e com a diversidade da fauna ameaçada⁹ (GUERRA, 2002; CASTELLA, BRITZ, 2004; FUPEF, 1978). A criação em 2005 e 2006 de unidades de conservação envolvendo remanescentes importantes em Santa Catarina e no Paraná é certamente uma das medidas mais positivas já realizadas nessa direção.¹⁰

No entanto, a conservação do que sobrou da floresta de araucária não passa somente pela legislação ambiental e pela criação de unidades de conservação, embora esta última também seja uma medida importante, entre outras a serem tomadas pelos governos e cidadãos. Seria necessário, além da criação de unidades de conservação, um conjunto de políticas públicas mais eficazes, voltadas para a fiscalização ambiental, o estímulo ao reflorestamento com árvores nativas e a atividades sustentáveis como a agroecologia e a diminuição ou extinção da pecuária para um aproveitamento mais eficiente e ecológico da terra (STEINFELD et al, 2006).¹¹ Mas é evidente que enquanto a consciência do público não estiver interessada nessas questões, e de alguma maneira preocupada com a destruição ambiental, do passado e do presente, as pessoas não conseguirão encontrar meios de participar ativamente nesse processo, e nem haverá força política para implementar políticas públicas de restauração da biosfera.

Nesse ponto, a discussão acaba voltando para as questões fundamentais discutidas no início do artigo e que se referem a necessidade de pensar toda uma nova forma de sociedade e de desenvolvimento, e apenas reformas setoriais de uma sociedade marcada pela destruição ecológica não vão resolver a questão. Assim, reformas puramente legais na questão ambiental, ou uma simples racionalização e maior tecnificação da agricultura e da indústria madeireira, como parecem propor alguns, não parecem dar conta da complexidade da questão ambiental, que envolvem novos saberes, novos comportamentos e uma nova ética não antropocêntrica.

Notas

* Graduado em História e Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina. É membro do Laboratório de Imigração e História Ambiental (LABIMHA) do Departamento de História da UFSC. E-mail: miguelmxdecarvalho@yahoo.com.br.

** Graduada em História e tem Doutorado em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. É membro do Laboratório de Imigração e História Ambiental (LABIMHA) do Departamento de História da UFSC. E-mail: eunice@reitoria.ufsc.br.

¹ A floresta de araucária, ou Floresta Ombrófila Mista, é um ecossistema que cobria até o final do século XIX cerca de 200 mil km² dos planaltos dos três Estados do sul do Brasil. A araucária (*Araucaria angustifolia*) é a principal árvore do ecossistema, que ainda possui espécies arbóreas de alto valor comercial como a imbuia, o cedro, as canelas, erva-mate, bracinga e outras.

² Entre as filosofias questionadoras do antropocentrismo há uma boa variedade de abordagens, desde o biocentrismo da Ecologia Profunda até a filosofia dos direitos dos animais.

³ É preciso também deixar claro que existem diferenças significativas entre os autores citados. O nosso argumento foi apenas no sentido de apontar uma tendência comum entre eles, que é a preocupação maior com o produto madeira ao invés do ecossistema da floresta de araucária. Alguns dos trabalhos que podemos considerar como história econômica da madeira.

⁴ Em outros textos já tratamos do papel da colonização no desmatamento da floresta de araucária. Ver referências.

⁵ Os municípios de União da Vitória (PR) e Porto União (SC) abrangiam até a década de 1950, uma área de aproximadamente 5.000 km², englobando as áreas atuais dos municípios de Cruz Machado (PR), Paula Freitas (PR), Porto Vitória (PR), Calmon (SC), Matos Costa (SC), Irineópolis (SC) e uma parte dos municípios de Bituruna (PR) e Caçador (SC). Todos esses municípios e cidades já foram distritos ou localidades de União da Vitória e Porto União. O próprio município de Porto União também foi desmembrado de União da Vitória em 1917, após o acordo de limites entre Paraná e Santa Catarina, e que definiu as atuais fronteiras entre os dois Estados.

⁶ A colonização europeia na região vinha acontecendo desde a década de 1890 em União da Vitória, com o estabelecimento de colônias e colonos de etnias como poloneses, alemães, italianos, ucranianos. No entanto, após a chegada da ferrovia ela se intensifica consideravelmente, com a instalação da colônia de Cruz Machado e das colônias localizadas na área do futuro município de Porto União.

⁷ Consideramos apenas como serraria o engenho de propriedade de Amazonas Marcondes, sendo os dois outros nomes apenas proprietários de carpintarias, pois a notícia de jornal de 1910 citada mais a frente no texto não aponta para a existência dessas possíveis três serrarias. Além do mais, por meio de outras fontes, sabemos que João Ihlenfeld era mesmo um carpinteiro e chegou a construir um barco a vapor para navegar no rio Iguaçu.

⁸ A localidade de São João dos Pobres, também chamada de São João, passa a ser chamada de Matos Costa em 1938.

⁹ Miguel Guerra et al apontam para o dado de 2 a 4% da área original o que restou da floresta. Para outros cálculos e metodologias de análise ver autores citados no texto.

¹⁰ Em outubro de 2005 foram criadas em SC (na região oeste do Estado), a Estação Ecológica da Mata Preta e o Parque Nacional das Araucárias e em março de 2006 foram criadas no PR, a Reserva Biológica das Araucárias, a Reserva Biológica das Perobas, o Refúgio de Vida Silvestre dos Campos de Palmas e o Parque Nacional dos Campos Gerais. Até 2003, apenas 0,2% da área do ecossistema era protegido por unidades de conservação. Ver <http://www.apremavi.org.br/floresta-com-araucarias>.

¹¹ Além da destruição de florestas como a Mata Atlântica e a Amazônia, a pecuária está relacionada a uma série de outros problemas ambientais e sociais, como a perda da biodiversidade, a entrada de espécies invasoras agressivas, o elevado consumo de água potável, a poluição dos mananciais, erosão e compactação do solo, e emissão de gases causadores do aquecimento global, como o dióxido de carbono, o metano e o óxido nítrico. A criação de animais para a produção de alimento (seja carne, leite ou ovos) desperdiça muito mais energia elétrica, água, combustíveis fósseis e terras do que a produção de vegetais para a alimentação humana, pelo simples fato de que os animais não podem produzir energia por si mesmos como as plantas (a fotossíntese), além de consumirem uma grande quantidade de energia (calorias) somente para manter a temperatura dos seus corpos e realizar os processos fisiológicos. A conclusão é óbvia: a produção e consumo de animais impõe um limite mais estreito para o total de seres humanos que o planeta pode suportar em relação a uma produção agrícola exclusivamente vegetal.

Referências

AURAS, M. **Guerra do contestado: a organização da irmandade cabocla**. 2. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1995.

BELLANI, Eli Maria. **Madeiras, Balsas e Balseiros no Rio Uruguai (1917-1950)**. Dissertação (Mestrado em História). Florianópolis: UFSC, 1991.

CARNEIRO, Delci Maria Kliemann; ZANETTE, Dilce Maria; ZONTA, Solange. **Conhecendo Porto União**. Porto União: Prefeitura, 1991.

CARVALHO, Miguel Mundstock Xavier de. **O desmatamento das florestas de araucária e o Médio Vale do Iguaçu: uma história de riqueza madeireira e colonizações**. 2006. Dissertação (Mestrado em História). Florianópolis: UFSC, 2006.

CARVALHO, Miguel M. X. de; NODARI, Eunice S. Os colonos europeus e a Floresta de Araucária no Médio Vale do Iguaçu. In:

SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23., 2005, Londrina (PR). **Anais**. Londrina: ANPUH. 1 CD-ROM.

CASTELLA, Paulo R.; BRITTEZ, Ricardo M. de. **A floresta com araucária no Paraná: conservação e diagnóstico dos remanescentes florestais**/ Fundação de Pesquisas Florestais do Paraná. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

DEAN, Warren. **A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica Brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

EDUARDO, Rosemari Pozzi. **A madeira em Santa Catarina (1930-1974)**. Dissertação (Mestrado em História). Curitiba: UFPR, 1974.

FUPEF - FUNDAÇÃO DE PESQUISAS FLORESTAIS DO PARANÁ. **Inventário do pinheiro no sul do Brasil**. IBDF, 1978.

GAULD, Charles. **Farquhar, o último Titã**: um empreendedor americano na América Latina. São Paulo: Editora de Cultura, 2006.

GUERRA, Miguel P. et. al. Exploração, manejo e conservação da araucária (*Araucaria angustifolia*). In: SIMÕES, Luciana L., LINO, Clayton F. (Org.) **Sustentável Mata Atlântica**: a exploração de seus recursos florestais. São Paulo: Ed. SENAC, 2002.

IBGE. **Estatísticas históricas do Brasil**: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1985. Rio de Janeiro: IBGE, 1987. v.3.

JAMIESON, Dale. (coord.) **Manual de Filosofia do Ambiente**. Lisboa: Instituto Piaget, 2005.

LAVALLE, Aida Mansani. **A madeira na economia paranaense**. Curitiba, GRAFIPAR, 1981.

LUZ, Cirlei Francisca Carneiro. **A madeira na economia de Ponta Grossa e Guarapuava (1915-1974)**. Dissertação (Mestrado em História). Curitiba: UFPR, 1980.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado**: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916). Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004.

MILIS, Hermínio. **Monografia de Porto União**. Organizado por José Fagundes e Joaquim Osório Ribas. Palmas: Kaygangue, 2002.

SILVA, Cleto da. **Apontamentos históricos de União da Vitória (1768-1933)**. União da Vitória: ed. do autor, 1933.

SILVEIRA, Cláudio R. **História da indústria da madeira: serra catarinense 1940-2005**. Lages (SC): Ed. do autor, 2005.

SINGER, Peter. **Ética Prática**. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

SINGER, Peter. **Libertação Animal**. Porto Alegre, São Paulo: Lugano, 2004.

SOUZA, Fredericindo Marés de. **Os fundamentos históricos do Município de Paula Freitas**. Curitiba: Arte e Letra, 2004.

STEINFELD, Henning et alii. **Livestock's long shadow: environmental issues and options**. Roma: FAO, 2006. Disponível em: <http://www.fao.org/docrep/010/a0701e/a0701e00.htm>

THOMÉ, Nilson. **Ciclo da Madeira: história da devastação da Floresta da Araucária e do desenvolvimento da indústria madeireira em Caçador e na região do contestado no século XX**. Caçador: Imprensa Universal, 1995.

THOMÉ, Nilson. **Trem de Ferro: história da ferrovia no contestado**. 2ª ed. Florianópolis: Lunardelli, 1983.

VALENTINI, Delmir José. **Da cidade santa à corte celeste: memórias de sertanejos e a guerra do contestado**. 2ª ed. Caçador (SC): Universidade do Contestado - UnC, 2000.

WENTZ, Liliana Irma Mattje. **Os caminhos da madeira: região norte do Rio Grande do Sul 1902-1950**. Passo Fundo: UPF, 2004.

Fontes

O COMÉRCIO. Southern Brazil Lumber & Colonisation Co. Porto União: 29/03. 1936. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

INSTITUTO NACIONAL DO PINHO. Quadros Estatísticos. Anuário Brasileiro de Economia Florestal. n. 1. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Pinho, 1948.

MISSÕES. União da Victoria. União da Vitória: 02/07. 1910. p.2. Biblioteca Pública do Estado do Paraná.

PREFEITURA DE PORTO UNIÃO. Alvará n.71. Licença a Cezar Amin para abrir uma Serraria no lugar denominado Villa Nova do Timbó. Secretaria da Superintendência Municipal de Porto União, em 24 de Maio de 1919.

PREFEITURA DE PORTO UNIÃO. Alvará n.65. Licença a Daniel F. Schumann para abrir uma Serraria a Vapor e armazém de secos e molhados de 3ª classe. Secretaria da Superintendência Municipal de Porto União, em 25 de Março de 1919.

SOUTHERN BRAZIL LUMBER AND COLONIZATION COMPANY. Balancete. Folha de Pagamento. 1920-23. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

Abstract

This article aims to investigate the origins of timber industry in the Middle Valley of Iguacu. Besides the European colonization and the agricultural activities, the timber industry was one of the preponderant factors for the deforestation of the Araucaria Forest over the twentieth century. Until the decade of 1910, the timber industry in the Middle Valley of Iguacu and in other places was similar to handicraft, producing to the local needs of small towns that existed in the southern Brazil plateaus in that time. But with the construction of the railroad Sao Paulo - Rio Grande, the arrival of Lumber company and the increasing demand for timber in other regions of the country and abroad, the small sawmills turned to capitalist firms dedicated to the timber market.

Keywords: Timber Industry, Middle Valley of Iguaçu, Araucaria Forest, Environmental History.

